



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1015344-33.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil**
 Requerente: **Ronaldo José de Oliveira Carvalho**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que construiu um imóvel localizado nesta cidade, subdividindo-o em dois compartimentos dotados, cada um, de um medidor para o consumo de energia elétrica.

Alegou ainda que como precisou mudar-se para Uberlândia por razões profissionais solicitou em julho de 2014 a retirada de um daqueles medidores, o que foi implementado pela ré.

Salientou que mesmo assim ela continuou emitindo faturas relativas a esse medidor já retirado e, como se não bastasse, acabou por inseri-lo perante órgãos de proteção ao crédito em decorrência do não pagamento das mesmas.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que sofreu.

Ressalto de início que, preservado o respeito que tributo aos que perfilham tese contrária, entendo que a concessão de tutelas de urgência é possível nesta sede.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Inexiste na Lei nº 9.099/95 dispositivo que expressamente vede tal prática, a qual de resto está em absoluta consonância com os princípios informadores do Juizado Especial Cível.

Rejeito, portanto, as considerações expendidas sobre o tema pela ré em contestação.

No mérito, é certo que a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não logrou demonstrar com a indispensável segurança a higidez dos créditos que afirmou possuir em face do autor.

Com efeito, enquanto este sustentou na exordial que a retirada pela ré de um dos medidores existentes em sua residência aconteceu em julho de 2014 (fl. 03, item 3), ela asseverou que até setembro de 2015 o mesmo continuava figurando como titular desse medidor (fl. 103, primeiro parágrafo).

Assim estabelecida a controvérsia, tocava à ré demonstrar o que no particular destacou (o que foi inclusive objeto de menção expressa no despacho de fl. 138), mas ela não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.

Nesse sentido, limitou-se a amearhar "telas" unilateralmente confeccionadas, as quais não contaram com o amparo de outros dados que lhes dessem respaldo.

Por outras palavras, a ré deixou de patentear de maneira sólida a época em que retirou o medidor em apreço, como se vê a fls. 84/85, inexistindo base concreta para denotar que isso teve vez somente em setembro de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como se não bastasse, a circunstância das faturas supostamente em aberto estarem em patamar mínimo reforça a convicção de que o autor não utilizou no período questionado os serviços concernentes à ré.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem em direção diversa, conduz à certeza de que a ré não comprovou ter fundamento para proceder à negativação do autor.

Dessa maneira, reconhecendo-se a sua irregularidade, isso que basta para a configuração de dano moral passível de ressarcimento, de acordo com pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Todavia, observo que esse montante abarcará o pedido do autor sob a égide do "dano moral", sem possibilidade de desdobramento quanto à recusa de financiamento e de restrição em lojas de materiais de construção na medida em que ambas as situações possuem a mesma – e única – origem.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O autor, por fim, não faz jus à reparação de danos materiais porque não comprovou a contento que os gastos que invocou derivaram exclusivamente de providências que precisou implementar junto à ré.

Já a incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC, em face das faturas emitidas sem razão, deve ser afastada, pois o Colendo Superior Tribunal de Justiça já assentou que para tanto não se prescinde da demonstração da má-fé do credor (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 9.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 86/87, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**